
A ANMP E A ATUAL SITUAÇÃO DO PODER LOCAL EM PORTUGAL

- 1.** O presente documento procura sintetizar alguns dos aspetos que caracterizam a atual situação do Poder Local em Portugal e que constituem enormes preocupações da ANMP e dos 308 Municípios portugueses:
- a)** O Poder Local, ao contrário dos restantes níveis de poder, está a cumprir — apesar das brutais reduções de receitas que se acumulam desde 2008 — (ultrapassam os 1000 milhões de euros) — a sua parte na redução do défice público e na diminuição de despesa — os reportes mensais da Direção Geral do Orçamento (DGO) permitem aliás verificar que os Municípios são o único subsector com superavit.
 - b)** As reduções de receitas anteriores e as atuais criaram uma situação que originou um invulgar volume de pagamentos em atraso, com mais de 90 dias (cerca de 1400 milhões de euros).
 - c)** Os Municípios estão a servir de “almofada” junto das populações, ao estarem a assumir, em particular na área dos apoios sociais, múltiplas ações de apoio às populações, que não são da competência municipal, mas sim do Governo — fornecimento de refeições, fornecimento de transportes, apoios em medicamentos, apoios em rendas de casa, apoios na área da saúde, — em particular no que se refere a desempregados, a idosos, a crianças e a deficientes.
 - d)** Ascendem a cerca de 700 milhões de euros as despesas deste tipo, efetuadas só em 2011 e já cerca de 180 milhões no 1º trimestre de 2012.

- e)** Entretanto, foram canceladas, adiadas ou suspensas a maior parte das obras e outros investimentos municipais, quer de construção, quer de reparação ou conservação.
- f)** Perante este cenário de brutal redução de receitas, de paragem de investimento público municipal de aumento de despesas correntes (fora das competências próprias municipais), é completamente impensável qualquer hipótese de trabalho que venha a reduzir ainda mais as receitas municipais no futuro mais ou menos próximo.
- g)** Qualquer nova medida no sentido de novas reduções de receita provocará inevitavelmente:
 - i.** Suspensão dos apoios sociais que os Municípios vêm prestando às populações, em substituição ao Governo;
 - ii.** Degradação, ainda maior, do estado de conservação de edifícios, infraestruturas e equipamentos municipais, por total impossibilidade financeira;
 - iii.** Início de uma revolta social nunca experimentada em Portugal, por falta do efeito “amortecedor” dos apoios sociais dos Municípios.

2. Será oportuno anexar a este documento alguns elementos retirados de um estudo recentemente efetuado pela ANMP e que desenvolve algumas das afirmações atrás colocadas.

ANEXO

O PAPEL DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO PAÍS

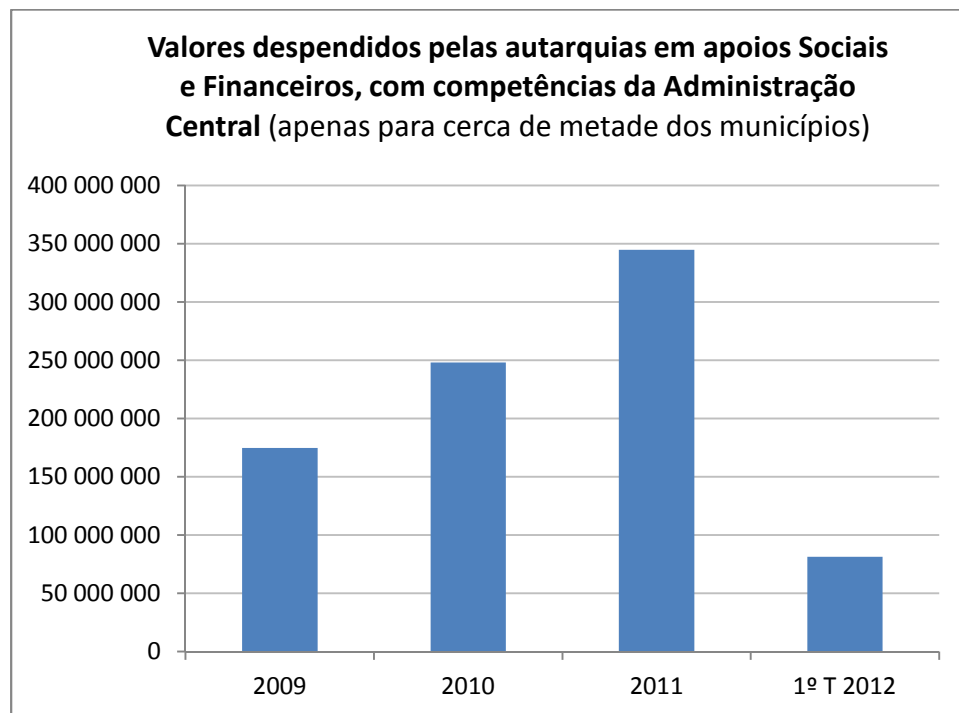
1. O Poder Local é um pilar da organização democrática e constitucional do Estado. Não há Estado Democrático sem democracia local, pressupondo esta a descentralização territorial do Estado.
2. O Poder Local está na primeira linha do combate ao atraso do País e levou o desenvolvimento a todo o território, tendo aproximado o poder das populações bem como descentralizado e democratizado o investimento público. Tem sido, assim, um instrumento fundamental para o desenvolvimento e elevação das condições de vida das populações, para a qualificação do território e para a promoção da coesão social, económica e cultural.

É impossível esquecer que esse combate ao atraso do país partiu de uma situação, em 1974, em que havia carências básicas absolutamente intoleráveis – ausência de distribuição de água, de eletricidade, de escolas, de arruamentos pavimentados em grande parte do território.

Sem o investimento das Autarquias Locais, as populações da maior parte do território nacional não beneficiariam de qualquer investimento público.

E tenha-se aqui em conta que cerca de metade do investimento público é feito pelos Municípios.

3. Os Municípios Por isso, têm também suprido muitas das insuficiências e deficiências da Administração Central, ultrapassando, muitas vezes, as suas competências próprias. Grande parte das políticas sociais — na educação, na proteção à infância, no apoio aos idosos e aos deficientes, na habitação social — é municipal.



4. Mesmo com todas as dificuldades que o País vive e sente – e a que as Autarquias Locais não são, obviamente, imunes – é evidente um esforço colectivo do Poder Local para minorar os seus efeitos. Apesar de tudo o que vivemos o Poder Local tem garantido a qualidade de vida das populações.
5. No entanto, este papel de auxílio está atualmente em risco. Com as dificuldades financeiras atuais, os apoios sociais às populações não poderão continuar a ser prestados, sendo certo que **as autarquias têm sido o verdadeiro Ministério da Solidariedade em Portugal.**

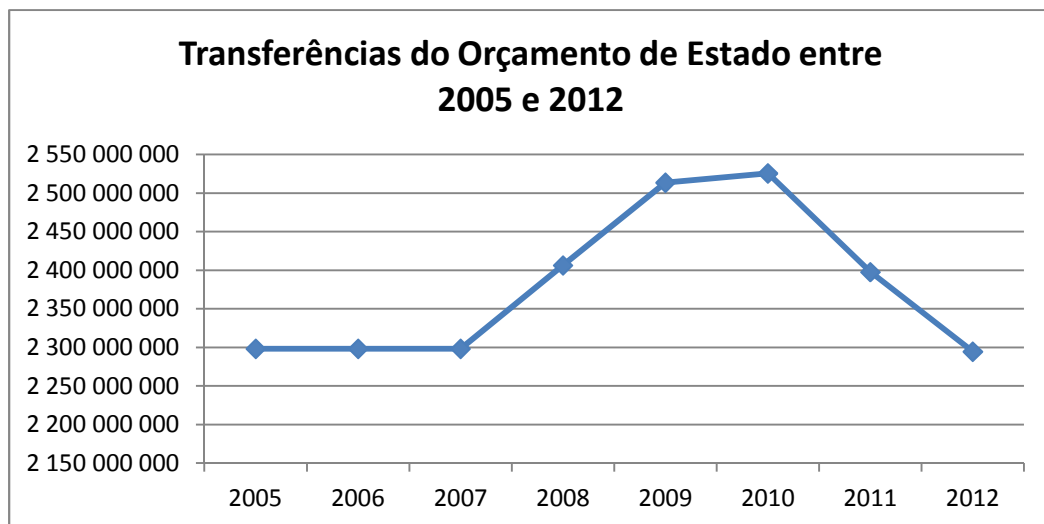
CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO:

6. Por razões externas e internas, que não cabe aqui analisar, Portugal tem passado, nos últimos anos, por enormes dificuldades económicas e financeiras, com problemas graves ao nível da consolidação das contas públicas, com endividamento e deficit excessivos, levando a que se tenha colocado a hipótese de *default* e incumprimento perante os credores internacionais, com o agravamento das dificuldades de obtenção no financiamento externo.
7. Em tal contexto, foi assinado pelo Estado Português o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no qual foram assumidos um conjunto importante de obrigações, nos mais diversos domínios.
8. Na vigência e no âmbito de aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira, tem-se verificado:

a) A recessão da economia portuguesa;

- b) O aumento dos Impostos;
- c) A contração das receitas;
- d) O aumento do desemprego;
- e) A diminuição dos apoios sociais e um descontentamento social generalizado.

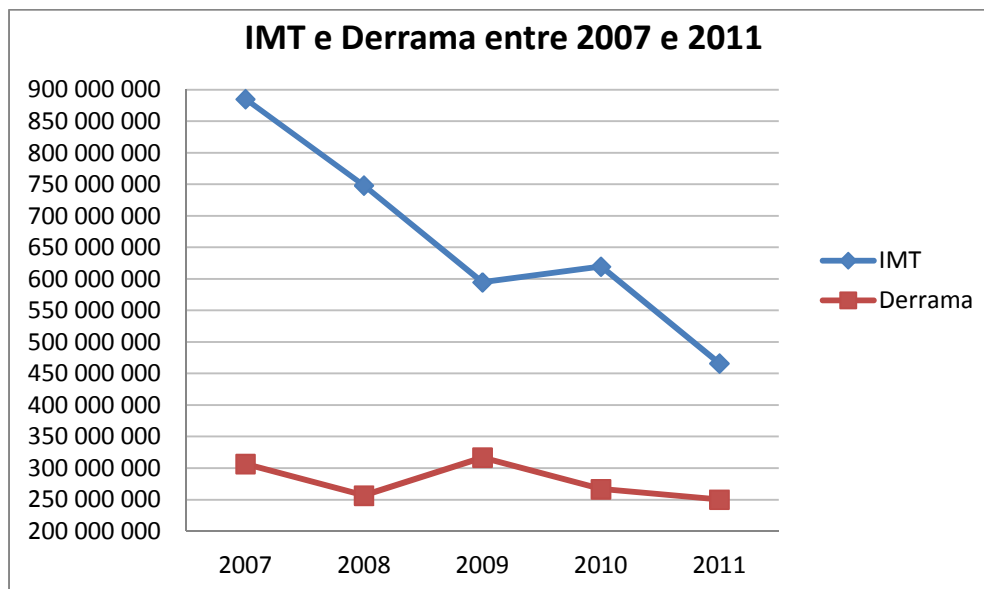
9. Quer as populações, quer as mais diversas entidades e instituições estão “no limite” ou abaixo do limite mínimo das suas possibilidades. As Autarquias Locais estão, desde há muito tempo, numa situação muito delicada, **uma vez que as suas receitas têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos.** Em 2012, as Autarquias Locais receberam do Orçamento do Estado um valor idêntico ao que fora transferido no ano de 2005.



10. Paralelamente, o Governo efetuou e pretende efetuar um conjunto significativo de mudanças com incidência nas Autarquias Locais, que vão muito para além dos compromissos assumidos no Programa de Assistência, e que são cerceadoras e violadoras da autonomia local.

11. Temos também assistido à diminuição violenta das receitas provenientes do Orçamento de Estado e à diminuição de receitas de impostos que são receitas municipais – em particular o IMT e Derrama.

	2007	2008	2009	2010	2011
IMT	885.115.636	748.234.500	594.696.157	619.659.497	466.023.247
Derrama	306.709.600	256.685.909	316.861.543	266.806.442	250.291.320



Acresce que, no primeiro trimestre de 2012, se regista uma quebra adicional do IMT, de cerca de 28%.

Simultaneamente foi brutalmente ampliada a taxa de IVA, com destaque para o aumento de 17% na eletricidade, que se traduziu no aumento de 45 milhões de euros na receita do Estado e do correspondente aumento na despesa dos municípios.

Em consequência, são múltiplas e graves as restrições à autonomia municipal, quer no plano financeiro, quer no plano administrativo, provavelmente inconstitucionais em muitos casos. Foi drasticamente reduzido o investimento municipal enquanto aumentam as despesas correntes das Autarquias (tendo em conta, em especial, as responsabilidades assumidas pelas Câmaras Municipais nas áreas de intervenção social em substituição do Governo).

12. É preciso lançar o alerta aos Portugueses e dizer a verdade: já se atingiu o ponto de inviabilização do normal funcionamento das Autarquias Locais, num claro desrespeito pela Constituição e por décadas de autonomia.

13. A dívida dos 308 Municípios é de 7,734 mil M€, um número manifestamente inferior à dívida de apenas uma das empresas tuteladas pelo Estado (o que seria se somarmos a dívida de todas as outras?). E mesmo este valor tem de ser explicado à luz de vários argumentos. Bastará, talvez, aqui recordar, que em inúmeros casos – nomeadamente no campo social – as Autarquias estão a substituir-se à Administração Central nos apoios sociais dados, o que, naturalmente, tem custos, enquanto inversamente as receitas foram reduzidas drasticamente pelo Governo.

14. Claro que o endividamento das Autarquias Locais é uma realidade. Há Municípios que estão em situação financeira difícil, mas felizmente são uma clara minoria. A crise, de que tanto se fala, tem afectado todos: Cidadãos e Estado, incluindo o Poder Local.

15. No entanto, os Municípios Portugueses estão, nos últimos anos, entre as entidades públicas que proporcionalmente mais têm contribuído para o esforço de consolidação orçamental do País. Com efeito, os Municípios têm estado na linha da frente para a prossecução deste desígnio nacional que é o esforço de equilíbrio das contas públicas, dando um contributo substancial e decisivo, que se vem traduzindo na existência de *superavit* municipal, em contraste com o *deficit* contínuo da Administração Central.

Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Central e Segurança Social

€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	Receita	Despesa
Administração Central									
Estado	jan-mar	9.004	8.610	9.896	10.247	-892	-1.637	-4,4	3,5
Serviços e Fundos Autónomos	jan-mar	5.700	5.622	4.829	4.678	871	944	-1,4	-3,1
EPR*	jan-mar		889		957		-68		
Segurança Social	jan-mar	5.744	5.806	5.164	5.528	580	278	1,1	7,1

Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Regional e Local

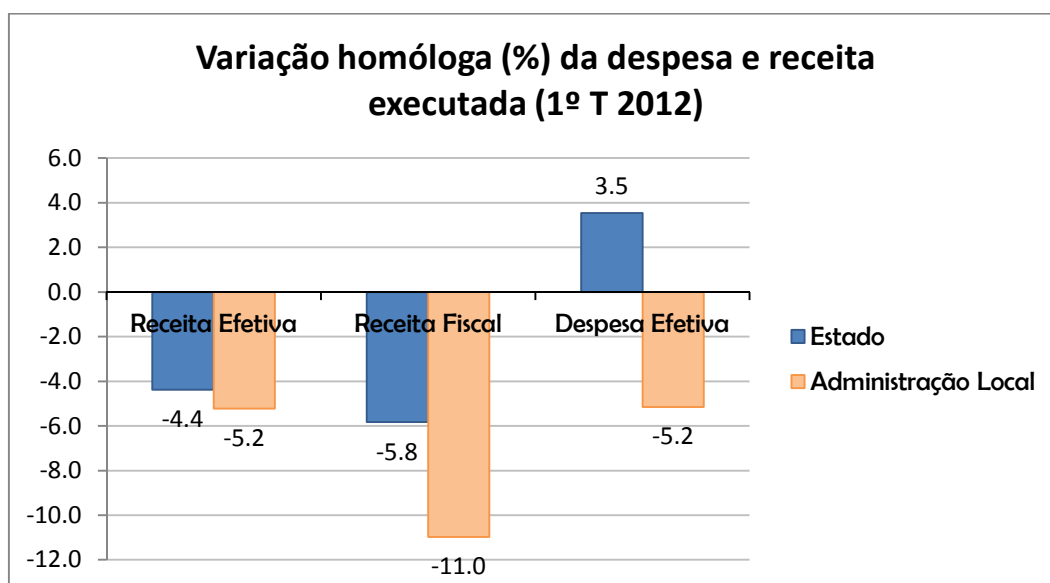
€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	Receita	Despesa
Administração Regional	jan-mar	436	418	424	399	12	19	-4,1	-6,1
Administração Local	jan-mar	1.036	982	1.015	963	21	19	-5,2	-5,2

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública), não consolidados.

Fonte: Ministério das Finanças

*EPR: Entidades Públicas Reclassificadas



Nota: os valores de execução referem-se a fevereiro de 2012 (valores acumulados).

Fonte: Ministério das Finanças

16. No entanto, tem sido trilhado um caminho de “cortes” nas receitas municipais, que, conforme os termos de comparação que se utilizem, têm a seguinte expressão:

- a)** Menos 119 milhões de euros, em relação às transferências de 2011;
- b)** Menos 674 milhões de euros, em relação às transferências a que se referia o Orçamento de Estado de 2010 (menos 25% em três anos);
- c)** Menos 847 milhões de euros, em relação à não aplicação da Lei de Finanças Locais desde 2010 (menos 32% em três anos).

17. Verifica-se, assim, uma cada vez maior degradação da situação financeira dos Municípios, com a redução das receitas provenientes do Orçamento do Estado e com o decréscimo da cobrança de impostos locais, levando a uma cada vez maior divergência entre os ritmos de crescimento das receitas do Estado e o das receitas municipais, em prejuízo destas.

18. As restrições impostas aos Municípios estão integradas nas medidas para o cumprimento de metas para o défice público de 5,9% do PIB em 2011, 4,5% em 2012 e 3,0% em 2013. Ora, o esforço exigido ao longo dos últimos anos aos diferentes subsectores do Estado para controlo do défice tem sido desigual e desproporcional. **Só os Municípios têm cumprido tais metas.**

19. Mas estas medidas contra o Poder Local e as finanças locais não são apenas de agora. Nos últimos anos tem-se, assim, assistido ao deteriorar das finanças locais, com:

- a)** Uma Lei de Finanças Locais, aprovada em 2006, que nunca veio a ser aplicada (excepto durante 6 meses) e que, se fosse executada, traria desequilíbrios financeiros gravíssimos aos Municípios mais dependentes do OE;
- b)** A diminuição sucessiva das verbas transferidas do OE para os Municípios, em contraste com os aumentos de receitas da administração central;
- c)** “Delegações” de competências, sem transferência dos meios correspondentes;
- d)** A “obrigação” de os Municípios executarem numerosas competências que a Administração Central se abstém de executar;
- e)** A brutal diminuição de IMT, Derrama, e das taxas de urbanização e edificação, por força da recessão económica;
- f)** A asfixia financeira dos Municípios, com aumento dos pagamentos em atraso, por via das reduções de receitas;
- g)** A diminuição progressiva do peso das receitas e despesas municipais nas receitas e despesas do Estado;

- h) O sucessivo aumento da dívida do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade, que só em 2011, em relação à educação pré-escolar, regista 60 milhões de euros.

20. Os elementos acima referidos permitem constatar que a imagem que permanentemente se faz passar de que Municípios são os responsáveis pela desastrosa utilização dos dinheiros públicos não tem qualquer correspondência com a realidade.

21. Os Portugueses devem saber que o total da dívida dos Municípios corresponde a 4% do total da dívida do Estado. Os restantes 96% são da responsabilidade desse mesmo Estado. A dívida dos Municípios (4%) nunca justificaria a necessidade da intervenção da Troika, a eliminação dos subsídios de férias e de Natal, etc.

22. É assim claro que os **Municípios Portugueses não são responsáveis pela deterioração das contas públicas.**

23.05.2012